

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Saúde. Juiz responsável pelo caso afirma que o grupo cometeu pelo menos um homicídio; sentença é em primeira instância e os quatro poderão recorrer em liberdade às condenações, que variam de 8 anos a 11 anos e 6 meses de prisão em regime fechado

Justiça mineira condena 4 médicos por tráfico ilegal de órgãos e tecidos

A Justiça mineira condenou ontem quatro médicos do sul do Estado por tráfico ilegal de órgãos e tecidos humanos. De acordo com o juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, da 1.ª Vara Criminal de Poços de Caldas, os acusados cometeram ao menos um homicídio para a retirada de rins, fígado e córneas. Há a suspeita de que outras mortes estejam relacionadas ao grupo de médicos.

A denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) partiu de investigações que deram origem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Tráfico de Órgãos, que tramitou na Câmara dos Deputados em 2004.

Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Alexandre Crispino Zincone foi condenado a 11 anos e 6 meses de prisão; Cláudio Rogério Carneiro Fernandes, João Alberto Goes Brandão e Celso Roberto Frasson Scaff foram condenados a 8 anos de prisão, todos em regime fechado.

Os quatro poderão recorrer da sentença em liberdade, mas o magistrado ordenou a apreensão dos passaportes dos acusados, o descredenciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e proibiu os réus de deixarem a comarca sem autorização judicial.

O MPE denunciou outras duas pessoas, mas o juiz declarou a extinção da punibilidade dos acusados, pois eles já completaram 70 anos, idade em que a prescrição ocorre na metade do tempo. O magistrado determinou que o caso seja encaminhado aos Conselhos Federal e Regional de Medicina para apuração administrativa que pode resultar até na cassação dos registros desses dois profissionais.

O caso. Segundo o processo, os acusados trabalhavam em uma central clandestina chamada MG-Sul Transplantes, que operaria uma lista própria de receptores de órgãos e tecidos.

De acordo com a denúncia, em abril de 2001, um dos médicos “praticou homicídio doloso” contra um paciente do SUS, outros dois retiraram os órgãos e um quarto vendeu o material, com intermediação de um quinto acusado. Os acusados ainda teriam cobrado por transplantes custeados pelo SUS.

Outras mortes. No processo, Castro relatou que auditorias feitas em instituições de saúde da cidade revelaram outros problemas graves. Há a suspeita de

que outras mortes tenham sido praticadas para a retirada de tecidos e órgãos.

Segundo o magistrado, as mortes eram de pacientes “jovens, pobres, aptos a se candidatarem a doadores”. Eles ficavam dias sem tratamento ou com terapia incorreta e eram mantidos sedados “para que os familiares, na maior parte semianalfabetos, não desconfiassem de nada”.

O juiz salientou o caso de um paciente que foi atendido inicialmente em “bom estado neurológico e consciente”, mas que, depois de ficar sem assistência ou monitoração por vários dias em uma enfermaria – quando deveria ter sido levado para o Centro de Terapia Intensiva (CTI) –, teve a morte confirmada.

O mesmo médico que atendeu e “não assistiu adequadamente o paciente” foi o que declarou sua morte encefálica, procedimento vedado pela lei.

O Estado tentou falar com os acusados, mas eles não foram encontrados. Nos escritórios dos advogados Roberto Maya Castellar e Frederico Gomes de Almeida Horta, que representaram os médicos, ninguém atendeu na tarde de ontem. O telefone que consta como sendo da MG-Sul Transplantes não existe.

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Médica de UTI é indiciada por homicídio qualificado

Ela é suspeita de praticar eutanásia em hospital de Curitiba; polícia investiga médica há 1 ano e analisa prontuário de 18 pacientes

A médica Virgínia Soares, que coordenava a UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba (PR), foi indiciada ontem por homicídio qualificado. Ela é suspeita de comandar um esquema de eutanásia na UTI do hospital, onde foi detida anteontem por policiais do Núcleo de Repressão de Crimes Contra a Saúde (Nucrisa). A polícia investigava Virgínia havia um ano. Pelo menos 18 prontuários de pacientes mortos no período estão sendo analisados.

A delegada Paula Brisola afirmou que o termo “eutanásia” pode provocar uma “comoção entre a população”, apesar das denúncias de familiares e profissionais apontarem para essa prática. Ela confirmou que a médica provavelmente não agiu sozinha. “Outros funcionários também estão sendo ouvidos pela polícia e sob investigação”, disse.

A denúncia que culminou com a prisão de Virgínia teve início no ano passado, conforme a queixa de uma pessoa que conhecia o trâmite na UTI. “A pessoa entrou em contato com a Ouvidoria, que nos repassou a denúncia e iniciamos a investigação.”

Uma profissional que atuava com Virgínia na UTI, e preferiu não se identificar, disse que era hábito da médica tratar com desdém alguns pacientes. “Quase todo dia havia uma parada cardíaca e ela gritava ‘Spp’ (*sigla utilizada em UTIs que significa “se parar, parou!”*), então, as enfermeiras saíam fora e deixavam o paciente. Isso quando era SUS, agora, se era particular ou convênio aí tentavam salvar”, disse. Já um enfermeiro que trabalhou com Virgínia entre 2004 e 2006 disse à TV Globo e que viu a médica desligar aparelhos.

O advogado da médica, Elias Mattar Assad, criticou a prisão e a condução da investigação. “Ela nunca foi intimada previamente e tudo isso poderia ser esclarecido com uma intimação, ela tem endereço e são mais de 20 anos de profissão”, disse. “Pelo que está se delineando, agora, de homicídio qualificado, não vai se ter um defunto ou um laudo por outra causa de morte que não seja a que não está no laudo. Não há como provar outra coisa.”

● Procedimento

TESTEMUNHA

ENFERMEIRO QUE TRABALHOU COM A MÉDICA ENTRE 2004 E 2006

“O paciente da UTI tem dois pontos críticos, que são a ventilação mecânica e as medicações que servem para manter a pessoa viva. Ela interrompia um dos dois ou os dois.”

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ barra pagamento de verba a magistrados da Justiça do Trabalho

Segundo conselho que fiscaliza Judiciário, extras pagos a juízes ferem entendimento anterior do Supremo

Fábio Fabrini | BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mandou suspender ontem o pagamento de valores da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) a magistrados da Justiça do Trabalho. A ordem vale até uma decisão definitiva sobre a regularidade dos repasses, sob investigação não só do conselho, mas de outros órgãos de controle.

A PAE é uma verba criada para equiparar, no passado, os vencimentos de juízes e desembargadores aos de deputados. Depois de instituído, o benefício incorporou fatia referente ao auxílio-moradia. Ato do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) determinaram o recálculo da parcela, com a incidência de 11,98% sobre esse auxílio, no período de abril de 1994 e de-

zembro de 1997.

A União sustenta que essa regra fere entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, cujas decisões são vinculantes, ou seja, devem ser seguidas pelas demais esferas da Justiça. Por isso, requereu ao CNJ o bloqueio dos repasses.

Na prática, a suspensão da PAE já estava em vigor desde o fim de janeiro, quando o Tribunal de Contas da União (TCU), em medida cautelar, impediu o repasse de R\$ 818 milhões, previsto para este ano, em diversos benefícios a magistrados da Justiça do Trabalho.

Auditorias da corte mostraram que os passivos reconhecidos pela Justiça do Trabalho po-

• Dívida em questão
R\$ 818 mi
é o total dos repasses retidos

R\$ 3,6 bi
somam os débitos trabalhistas que o governo quer reavaliar

dem estar inflados em R\$ 1,2 bilhão. O principal motivo seria a aplicação de percentuais exorbitantes de juros e correção monetária, em desconformidade com a lei.

Parcela referente a esses pagamentos seria quitada em abril para todo o Judiciário, o que mobilizou também o governo. Como mostrou o **Estado** anteontem, o Ministério do Planejamento pediu a revisão dos débitos não só na Justiça do Trabalho, mas nos demais tribunais do País. Ao todo, eles alcançam R\$ 3,6 bilhões.

Em sua decisão, o conselheiro Bruno Dantas, do CNJ, cita as conclusões do TCU e diz que o próprio TST e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho admitiram a existência de irregularidades.

O Conselho Nacional de Justiça deu 15 dias para que o tribunal e o CSJT se pronunciem sobre o tema. Ele requereu ao tribunal de contas informações sobre as auditorias em curso.

O CNJ avalia proposta para uniformizar o pagamento de passivos em todo o Judiciário, o que poderia solucionar os problemas. O texto prevê os percentuais de juros e correção monetária a serem aplicados, além de proibir que magistrados furem a fila para a quitação dos débitos. Uma minuta de resolução estava na pauta do CNJ na terça-feira, mas não foi levada a julgamento. Os conselheiros divergem sobre os índices de correção a serem usados a partir de 2009.

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Deputados protocolam emenda da 'impunidade'

Projeto que retira poder de promotores começa a tramitar na Assembleia paulista e causa reação do Ministério Público

Fausto Macedo

Chegou à Mesa da Assembleia Legislativa de São Paulo a Proposta de Emenda à Constituição que inquieta o Ministério Público porque tira dos promotores o poder de investigar deputados estaduais, prefeitos e secretários de Estado e confere tal atribuição exclusivamente ao procurador-geral de Justiça. O texto, subscrito por 33 parlamentares, foi publicado ontem no *Diário Oficial* do Estado e vai à apreciação da CCJ da Casa.

O avanço da PEC, de autoria do deputado Campos Machado, líder do PTB na Assembleia, surpreendeu o Ministério Público. Promotores e procuradores apostavam que não passava de uma "bravata" do parlamentar e que ele não iria conseguir reunir as 32 adesões necessárias para protocolar a PEC, chamada de "emenda da impunidade". O MP divulgou em seu site que a Procuradoria-Geral recebeu garantias da Presidência da Assembleia de que a PEC não iria se concretizar.

Irritados com a ofensiva dos deputados, ontem os promotores foram ao revide. Ferveu a rede Amici, canal fechado da classe na intranet, com pesadas críticas aos parlamentares. Alguns

Defesa e crítica

CAMPOS MACHADO

LÍDER DO PTB NA ASSEMBLEIA

"A Assembleia e o Ministério Público podem estar quebrando ovos que não vão resultar em omeletes.

Não é uma represália ao Ministério Público, mas recebo queixas de abusos de promotores quase todos os dias"

ELIAS ROSA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

"A PEC é inconstitucional, desnecessária, extemporânea e inconciliável com o momento vivenciado do País, de afirmação da democracia, preservação dos valores republicanos e com a construção da cidadania"

sugerem que o petebista devolva o Colar do Mérito Institucional do MP, mais importante condecoração da instituição, a Campos concedida em 2008.

Valores. Diante da forte reação, o procurador-geral, Márcio Elias Rosa, divulgou nota pública. Ele crava que a PEC é "inconstitucional, desnecessária, extemporânea e inconciliável com o momento vivenciado do País, de afirmação da democracia, preservação dos valores republicanos e com a construção do conceito de cidadania". Elias Rosa

reafirma "a expectativa de que PEC será rejeitada".

Parlamentares estão em pé de guerra desde que a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social da Capital – braço da instituição que investiga improbidade – requereu o fim do auxílio moradia na Assembleia.

Em ação civil, liminarmente acolhida pela 13.^a Vara da Fazenda Pública, a Promotoria apontou inconstitucionalidade na regalia concedida todo mês a todos os deputados, indistintamente, mesmo àqueles que residem a poucas quadras do Palácio 9 de Julho, sede do Legislativo paulista. A Promotoria calcula em R\$ 2,5 milhões o prejuízo anual aos cofres públicos.

A PEC inclui o parágrafo 3.^o do artigo 94 da Constituição do Estado e promove concentração de poderes nas mãos do procurador-geral, "autoridade mais adequada para empreender as ações necessárias para a garantia e manutenção da probidade e legalidade administrativa". Campos Machado assinala que "a medida se impõe como mecanismo de fortalecimento do princípio da igualdade entre os poderes, além de se sobrepor a possíveis interesses políticos locais e pessoais eventualmente praticados contra aquelas autoridades".

Enigmático, o veterano parlamentar manda recado. "A Assembleia e o Ministério Público podem estar quebrando ovos que não vão resultar em omeletes. Não quero o fim das investigações do MP, mas dou um exemplo. Soube que um promotor oficiou ao deputado Celso Giglio (PSDB) requisitando o livro de ponto do gabinete dele sob pena de ação de improbidade. Isso é vilipêndio."

SÔNIA RACY

A conferir

Nove entre dez juristas apostam que **Helena Torres** será o escolhido de **Dilma** para o Supremo Tribunal Federal.

O tributarista pernambucano conta com grande simpatia da presidente.

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

APÓS 'PERDER' O IPHONE, APPLE É ALVO DE AÇÃO JUDICIAL NO BRASIL

Acusação é que iPad3 já poderia ter sido lançado com os avanços do iPad4

Em disputa com a Gradiente pelo registro do nome iPhone no Brasil, a Apple enfrenta agora no País uma ação coletiva na Justiça. O Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI), uma associação civil formada por advogados e ex-juizes que militam na área de direito do consumidor e direito da informática, acusa a empresa americana de prática comercial abusiva no lançamento do tablet iPad 4 no País.

Se perder, a Apple pode ser obrigada a indenizar todos os consumidores que adquiriram o tablet de terceira geração, substituído em menos de um ano.

O instituto alega que o iPad 4 não trouxe evolução tecnológica efetiva frente ao iPad 3, o "Novo iPad", caracterizando o que classifica de "obsolescência programada". Na prática, a acusação é de que o iPad 3 da Apple já poderia ter chegado às prateleiras com as características da quarta geração – um processador, um conector e uma câmera um pouco mais avançados.

Outro ponto levantado é que a retirada do "Novo iPad" da linha de produção da fabricante se deu sem a comunicação adequada no mercado brasileiro. "O consumidor achava que estava comprando um equipamento de ponta, sem saber que já era uma versão obsoleta", diz o advogado do IBDI, Sergio Palomares. Procurada, a Apple informou que ainda não tinha conhecimento da ação judicial.

Encaminhada à 12ª Vara Cível do Distrito Federal no último dia 6, a ação aponta que a Apple quebrou o paradigma de aguardados lançamentos anuais – seguido na 1ª, 2ª e na 3ª geração do iPad – ao apresentar a quarta geração, em outubro de 2012, sete

meses depois de lançar o tablet nos Estados Unidos e apenas cinco meses após o produto desembarcar no Brasil.

O anúncio surpreendeu e gerou queixas de consumidores que tinham acabado de adquirir o iPad 3, apelidado por alguns de "Novo Velho iPad". Uma pesquisa da Toluna Quick Surveys com 2 mil clientes americanos da Apple revelou que 45% ficaram insatisfeitos com o lançamento. Segundo Palomares, a empresa fundada por Steve Jobs anunciou que substituiria os iPad 3 adquiridos 30 dias antes do lançamento do tablet de quarta geração. "Isso abriu um precedente. O que diferencia o consumidor americano do brasileiro?", indaga o advogado.

Para os autores da ação, esse conjunto de fatores configura prática desleal. O instituto quer que a Justiça obrigue a Apple a substituir por novos os iPads da terceira geração adquiridos por brasileiros, sem custo. A empresa americana poderá ainda ser condenada a indenizar os consumidores em 50% do valor pago por iPad. À época, o aparelho custava entre R\$ 1.749,00 e R\$ 2.299,00.

Também foi pedida uma multa por prática comercial abusiva, publicidade e oferta enganosa de produto. Segundo Palomares, além do dano individual a conduta da Apple ensejou um dano coletivo. Na ação, o IBDI sugere que a multa seja equivalente a 30% do valor médio (R\$ 607,20) de cada unidade vendida no País, volume que deverá ser informado pela fabricante. Todos os pedidos sugerem pagamento de multa de R\$ 1 milhão caso uma eventual decisão favorável seja descumprida.

O juiz Daniel Felipe Machado, responsável pelo caso, negou na sexta-feira um pedido de liminar em que o IBDI pedia que as vendas de todas as versões do iPad 3 fossem suspensas e os aparelhos retirados das lojas de imediato.

Na semana passada a Apple perdeu o direito de usar o nome iPhone para smartphones no Brasil. A empresa está recorrendo da decisão do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que acatou o registro no País concedido à Gradiente em 2008. AIGBEletrônica, dona da Gradiente, entrou com o pedido em 2000, sete anos antes da Apple lançar seu primeiro iPhone.

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Irmão

acredita na inocência de Gil Rugai

3º dia de júri trouxe testemunhas de defesa,
que ainda teve contador da empresa do pai

Leo Grego Rugai, de 27 anos, disse ontem que acredita na inocência de seu irmão, Gil Rugai, de 29, acusado de matar a tiros seu pai e sua madrasta, em 28 de março de 2004. Em depoimento no terceiro dia do júri de Gil, ele saiu em defesa do irmão. “Foi uma coisa de olho no olho. Ele me garantiu (que não matou Luiz Carlos Rugai, de 40 anos, e Alessandra Troitino, de 33). Olhei no dele e acreditei”, disse Leo. Até as 20h30 de ontem, ele ainda prestava depoimento à Justiça. A sentença deve sair entre hoje e amanhã.

Testemunha de defesa no julgamento realizado no Fórum da Barra Funda, zona oeste de São Paulo, Leo contou também que não sabe quem matou seu pai e sua madrasta. Afirmou também desconhecer a razão pela qual os dois foram assassinados. Leo contou que esteve com Luiz Carlos e Alessandra, na casa deles, em Perdizes, onde morreram, dois dias antes de eles serem assassinados. Segundo ele, não ouviu nenhum comentário sobre um eventual desentendimento com seu irmão.

Vestido com uma calça social bege e moletom preto, o irmão de Gil disse que continuou convivendo com ele depois do crime. Acompanhou suas tentativas de prestar vestibular para Medicina, em Santa Maria e no Rio. Gil,

porém, não passou nos processos seletivos. Leo também foi fiador da casa que Gil alugou no Rio Grande do Sul. Perguntado se ambos ainda falavam sobre o crime, ele disse que não. “Não havia motivo”, disse.

Leo reforçou no depoimento que Gil, a madrasta e o pai se relacionavam bem. Ainda afirmou que se soubesse que Gil tivesse matado o pai, ele ajudaria na contratação de um assistente de acusação para processar seu irmão.

A respeito das armas compradas pelo irmão, ele disse que Gil tinha armas de chumbinho e que desde pequeno se interessava pelo esporte. Sobre os hábitos de Gil, classificou o irmão como “um figurinha” que costumava usar “suspensório e sobretudo”.

Depoimentos. Primeira testemunha ouvida ontem, o contador Edson Tadeu de Moura, que prestava serviços para a empresa de Luiz Carlos, disse desconhecer qualquer desfalque na produtora de vídeo da vítima, a Referência Filmes. A afirmação do contador vai contra o depoimento do instrutor de voo de Luiz Carlos na época do crime, Alberto Bazaia Neto, que reforçou os argumentos da acusação para incriminar Gil. Ouvido como testemunha anteontem, ele afirmou que a vítima contou que Gil havia roubado o dinheiro da empresa, o que desencadeou atritos entre pai e filho.

Segundo Moura, apenas uma perícia contábil poderia afirmar se o roubo aconteceu e sua autoria. O contador, porém, disse que é praxe, em empresas familiares, que pessoas assinem em nome de outras. Ao ser indagado se Gil tinha autorização para assinar documentos ou cheques em nome do pai, Moura não soube responder.

Também foram arroladas como testemunhas da defesa o jornalista Valmir Salaro, o vigia Valeriano dos Santos e o perito Ricardo Salada.

Interrogatório. Quase nove anos após a morte do pai e da madrasta, Gil deve finalmente contar sua versão hoje à tarde. Ele deve dizer que não trabalhava nas finanças da empresa do pai na época do crime, que não brigou com ele dias antes de sua morte e que é inocente.

No plenário, defesa e acusação se dividirão entre dois perfis: o jovem pacato, que amava o pai e está no banco dos réus apenas por ser esquisito, e o filho perigoso, com alto poder de persuasão que premeditou o crime por dinheiro. Quando foi preso pela primeira vez, Gil disse ser “absurda” a desconfiança contra ele.

CONTINUA

21 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Classificado como esquisito pelos próprios defensores, Gil guardava, na época do crime, seringas com sangue em seu quarto. Os objetos foram apreendidos pela polícia com símbolos nazistas, uma nota fiscal que revelava a compra de um coldre – espécie de cinto usado para segurar armas – e cápsula de bala compatível com a pistola usada para assassinar as vítimas, uma semiautomática calibre 380.

Todos esses elementos serão citados pela acusação para definir o perfil do réu. Além dos objetos incomuns, o promotor Rogério Zagallo deve discorrer sobre o fato de Gil ter criado, meses antes do crime, uma empresa que concorreria com a produtora de vídeo do pai.

Atualmente, Gil mora com a avó materna, que sofre de mal de Alzheimer. Não trabalha nem estuda formalmente.

Se for absolvido, Gil vai receber R\$ 5,5 milhões

● A sentença a ser proclamada pelos jurados no fim do julgamento não definirá apenas o futuro de Gil Rugai, mas também a partilha da herança deixada por Luiz Carlos Rugai. Estima-se que, atualmente, cerca de R\$ 22 milhões estejam parados aguardando o júri. Se absolvido, o réu terá direito a usufruir os cerca de R\$ 5,5 milhões a que tem direito – o percentual representa 25% do total, já que a família de Alessandra Troitino deve receber R\$ 11 milhões. A outra metade, pela lei, será dividida entre os dois irmãos ou será entregue apenas a Léo Rugai – caso Gil seja condenado.

Luiz Carlos e Alessandra não eram oficialmente casados, mas estavam juntos havia mais de 10 anos. De acordo com a legislação brasileira, a relação do casal já era considerada uma união estável, o que dá direito à metade dos bens à mulher. A família de Alessandra Troitino pleiteia o direito na Justiça e os parentes de Gil Rugai contestam.

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Custas Judiciais...

Durou mais de uma hora a conversa entre os presidentes do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Clayton Camargo, e da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB). Ontem pela manhã, o tucano atravessou a rua e subiu ao andar mais alto do TJ. Lá ele pediu que Camargo indicasse gente do Judiciário para compor a comissão que vai discutir o aumento das custas cartoriais no Paraná. O magistrado disse que vai considerar o pedido.

...e críticas democráticas

"Mantivemos a cortesia que é necessária entre os dois Poderes", disse Valdir Rossoni, sem esconder que "críticas democráticas" foram trocadas entre ambas as partes. A relação entre as instituições estava abalada desde o discurso de posse de Camargo, no início do mês, quando ele teceu duras críticas ao "atraso" na votação das despesas judiciais e do Funrejus (cujos recursos pagam obras e compra de material de escritório no TJ).

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Apucarana

O vereador de Apucarana (Norte) Alcides Ramos Júnior (DEM) ainda não apresentou seu pedido de licença ou afastamento do cargo. O parlamentar tomou posse na noite de terça-feira, com ordem judicial, mas segue preso na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2). O exercício da vereança, segundo a Procuradoria Jurídica da Câmara, é incompatível com sua prisão. "Se não pedir licença ou afastamento o vereador poderá perder o cargo em razão das faltas reiteradas sem justificativa", explicou o procurador Wilson Roberto Penharbel. "Estar preso não é justificativa para faltar às sessões." Penharbel ainda não sabe qual é o limite de faltas injustificadas para que um vereador perca o mandato.

Peculato

Ramos Júnior foi preso em 15 de fevereiro, quando se apresentou à Justiça, depois de passar três meses foragido. Ele é acusado pelo Ministério Público de formação de quadrilha e peculato. Outras 14 pessoas, incluindo servidores concursados, comissionados e empresários, são réus no processo que tramita na 2ª Vara Criminal de Apucarana.

MAZZA

Proselitismo

Em franco proselitismo para ser senador (dá para compará-lo com Alvaro Dias?) o deputado Valdir Rossoni quer dar a cidadania ao presidente do STF e agora convocar a blogueira cubana para uma visita ao Paraná. Se botar os ladrões da Casa, especialmente os processados, na cadeia já será bastante.

Uma por vez

Quem é mais assíduo em aparecer na mídia: Rossoni ou Richa. Ambos dão mais de um saque por dia num paroxismo assustador. Regra: uma notícia por vez é melhor do que uma por mês, mas precisa ter consistência factual.

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Cassado

O prefeito de Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba), Chico Santos (PSDB), poderá ser afastado do cargo. Anteontem à noite, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná manteve decisão da 144ª Zona Eleitoral de Fazenda Rio Grande que cassou o registro de Santos.

Abuso de poder econômico

Reeleito em outubro, ele foi acusado pela coligação derrotada, encabeçada por Alisson Wandscheer (PSB), de abuso do poder econômico ao cooptar dois jornais da cidade que "fizeram campanha massiva em favor do candidato e que as matérias jornalísticas teriam sido feitas por funcionários comissionados da prefeitura". Os fatos foram comprovados judicialmente, conforme voto do relator, Marcos Roberto Araújo dos Santos.

Novas eleições

O entendimento do advogado da coligação de Wandscheer, Olivar Coneglian, é que a decisão do TRE é suficiente para cassar o mandato de Chico Santos. "Acredito que a decisão colegiada tem efeito imediato para afastar o prefeito do cargo", analisou. "Se o TRE não fizer isso na publicação do acórdão, irei fazer um requerimento." Como o tucano foi eleito com mais de 50% dos votos, novas eleições teriam de ser realizadas. O prefeito e seu advogado não foram localizados ontem.

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Criação de cargos ao MP passa em primeiro turno

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Mesmo com manifestações contrárias em plenário, os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, a criação de 154 cargos no Ministério Público (MP) do Paraná. A matéria estava pronta para ser votada na Assembleia Legislativa (AL) desde o final do ano passado, mas acabou “engavetada” junto com outros projetos de lei do Judiciário e do Executivo já que todos previam a expansão do funcionalismo público no Estado.

No caso do MP, a dúvida caiu sobre a opção de criar 69 cargos em comissão para abrigar assessores que trabalharão com os promotores e procuradores de Justiça. Tadeu Veneri (PT) chegou a retardar a discussão da matéria por duas sessões, com o objetivo de apresentar uma emenda obrigando a substituição progressiva dos comissionados por servidores aprovados em concurso público, mas não obteve as 27 assinaturas necessárias para protocolar a emenda.

Alceuzinho Maron (PSDB) questionou a legalidade da medida, pois no seu entendimento não cabe à AL autorizar a criação de cargos comissionados no MP. “No Judiciário pode, mas talvez no MP não possa. Quem sabe estejamos votando uma matéria inconstitucional hoje nesse plenário”, disse o político. Alheios a esses questionamentos, a maioria dos deputados estaduais aprovou a medida, que terá um impacto de R\$ 8,98 milhões em 2013 para o MP.

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP cobra Prefeitura de Maringá sobre terrenos doados

Oito ações civis públicas contestam entregas de áreas inicialmente destinadas a equipamentos comunitários

O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou oito ações civis públicas à Justiça de Maringá (Noroeste) pedindo a devolução ao Município de terrenos que teriam sido doados de maneira irregular a empresários da cidade. Segundo o MP, o suposto dano teria ocorrido nas administrações dos ex-prefeitos João Ivo Caleffi, entre 2001 e 2004, e Silvio Barros (PP), entre 2005 e 2008. Numa das ações, a única divulgada pela promotoria, é relatado que a Prefeitura de Maringá trocou dezenas de terrenos que deveriam ser utilizados para "equipamentos comunitários", como quadras de esporte, praças e postos de saúde, por um imóvel pertencente ao empresário Waldemar Guiomar e a esposa dele, Edeméia Lúcia Fonzar Guiomar. Além do município, os dois empresários são citados na ação.

Além de apontar a inconstitucionalidade na lei municipal de 2008 que desafetou e autorizou a doação das áreas, o MP relata que os imóveis públicos, que somam cerca de 43 mil quadrados, teriam sido "subavaliados", por terem sido repassados com valores inferiores - cerca de R\$ 5,5 milhões - aos correspondentes no mercado imobiliário na época. O promotor de Justiça José Aparecido da Cruz entende que o Município não poderia desafetar e permutar essas áreas com outras, mesmo que autorizado por leis municipais.

Na ação, o promotor pede a anulação das permutas e que o Município, em conjunto com a empresa e as pessoas físicas que receberam as áreas de equipamentos comunitários, "adquiram novas áreas de terras nos mesmos loteamentos, caso não haja a possibilidade de devolução das áreas originais, para restabelecer a condição anterior, de

acordo com a previsão da lei de loteamentos".

O procurador-geral de Maringá, Luiz Manzato, afirmou que todas as áreas públicas permutadas estavam em bairros onde não seriam mais construídos equipamentos públicos. "Estavam vazias e sem uso." Manzato disse que nos terrenos recebidos pelo Município desde a administração de Caleffi, foram construídas mais de 400 casas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. "A questão a ser debatida é sobre o direito à moradia. Defendemos que esse princípio constitucional é superior, especialmente neste caso de Maringá."

Quanto ao preço das áreas, o procurador disse que "não houve prejuízo aos cofres, porque a prefeitura utilizou na época a mesma tabela do valor venal para avaliar os terrenos públicos e a área particular". A FOLHA deixou recado na construtora do empresário Waldemar Guiomar, mas não houve retorno.

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Negada liberdade a empresário da Kiss

Porto Alegre - A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou na tarde de ontem habeas corpus ao empresário Mauro Hoffmann, um dos proprietários da boate Kiss, e ao vocalista da banda Gurizada Fandangueira Marcelo de Jesus dos Santos, em julgamento de recursos contra decisões de primeiro grau. A decisão foi tomada por unanimidade.

O voto do relator, desembargador Manuel José Martinez Lucas, destacou que a prisão temporária ainda é necessária porque há diligências como acareações, buscas e perícias a serem feitas pela Polícia Civil, e foi seguido pelos desembargadores Sylvio Baptista Neto e Jaime Piterman.

Além de Hoffmann, estão presos temporariamente, por 30 dias, o outro sócio da Kiss, Elissandro Spohr, e o produtor musical do conjunto, Luciano Augusto Bonilha Leão. Os quatro são apontados pela polícia como possíveis envolvidos no incêndio da casa noturna, no dia 27 de janeiro, que matou 239 pessoas. Naquela madrugada, o conjunto fazia um show pirotécnico quando uma fagulha atingiu o revestimento de espuma da casa, provocando o incêndio que asfixiou as vítimas.

O inquérito apura irregularidades como show pirotécnico em ambiente fechado, extintores sem carga, revestimento com material inadequado, sinalização de saída insuficiente e

superlotação e de quem é a responsabilidade por tais falhas.

O promotor de Justiça norte-americano Patrik Lynch esteve com os promotores de Justiça de Santa Maria (RS) e os delegados que apuram o caso da boate Kiss ontem para trocar experiências com os colegas e investigadores brasileiros. Lynch atuou na acusação no caso do incêndio da boate The Station, em West Warwick, Rhode Island. Constatou-se, na ocasião, que a casa noturna estava superlotada e não tinha saídas de emergência adequadas. A tragédia matou cem pessoas. Os dois proprietários da boate foram condenados a 15 anos de prisão. A pena foi reduzida para menos de três anos. Um músico teve de prestar serviços comunitários.

21 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Álcool e violência

A conscientização sobre as consequências desastrosas do consumo irresponsável de álcool precisa ser ampliado

O estudo Vigilância de Violências e Acidentes (Viva), realizado pelos ministérios da Saúde e das Cidades em hospitais de 27 capitais que realizam atendimentos de urgência e emergência pelo Sistema Único de Saúde (SUS), trouxe números reveladores sobre as causas dos internamentos relacionados à violência e acidentes de trânsito. Um dos recortes da pesquisa mostra que o consumo exagerado de bebidas alcoólicas se tornou um dos principais problemas de saúde pública no Brasil. Foram avaliados 47,5 mil vítimas de violência e acidentes que passaram por 71 hospitais em setembro de 2011.

Pela pesquisa dos ministérios da Saúde e das Cidades, um em cada cinco motoristas envolvidos em acidentes de trânsito - que foram atendidos na rede pública - informou ter bebido antes da ocorrência. Os pesquisadores levaram em conta não apenas motoristas que consumiram álcool, mas também passageiros dos veículos e pedestres. O Ministério da Saúde calcula que os custos com internações por acidentes de trânsito, em 2011, che-

garam a R\$ 200 milhões.

O Viva mostrou que o álcool também reflete nos atendimentos às vítimas de agressão. Segundo o estudo coordenado pelo governo federal, 49% das pessoas interna-

das naquele período tinham consumido bebida alcoólica. Como era de se esperar, os pacientes masculinos tinham mais histórico de consumo de bebida. Cinquenta e quatro por cento dos homens internados por qualquer tipo de violência declararam que fizeram uso de álcool. Entre as mulheres, o índice foi de 31,5%.

Se um novo estudo semelhante for conduzido pelo governo federal este ano, espera-se resultados diferentes, mais positivos, por conta da nova e rigorosa Lei Seca, que entrou em vigor em 2013. Mas a conscientização sobre as consequências desastrosas do consumo irresponsável de álcool precisa ser ampliado e não ficar restrito apenas ao "se beber, não dirija". Campanhas esclarecendo sobre o alcoolismo de uma maneira geral, principalmente para o público jovem, também precisam ser veiculadas na mídia e levadas para escolas, universidades e empresas.

21 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Luto no Judiciário

A esposa do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfourí Neto, Neusa Lopes Kfourí, faleceu ontem, em Londres, onde acompanhava o marido em férias. Dona Neusa, de 62 anos, teve um enfarte. O presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo decretou luto oficial de 3 dias no Poder Judiciário.

21 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Médica é indiciada por homicídio qualificado

I Polícia considerou que vítimas não tiveram chance de se defender

A delegada do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) de Curitiba, Paula Brisola, indiciou a médica Virgínia Soares de Souza pelas mortes ocorridas na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba. Para a polícia, se trata de homicídio qualificado, porque as pessoas não tinham chance de se defender.

A médica Virgínia Soares de Souza, que dirigia o setor de UTI do hospital, foi presa na manhã de terça-feira (19) em uma operação que investiga uma série de mortes na UTI do segundo maior hospital da cidade. A médica prestou depoimento na tarde de terça-feira, mas o conteúdo não foi divulgado em virtude do sigilo.

“Se havia consentimento das vítimas ou dos parentes faz parte da investigação. Ainda não está descartado”, explicou a delegada. Ela disse que todas as denúncias serão investigadas, e caso seja constatada a indução à morte com o consentimento dos pacientes ficará configurada a prática de eutanásia. De acordo com o Código Penal Brasileiro, eutanásia se enquadra no artigo 121, homicídio, com pena entre 6 e 20 anos de prisão.

21 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Escolha de novo ministro do STF apresenta gargalos

Objetivo é aferir que a governabilidade seja um dos elementos intrínsecos na formação da convicção do juiz

Quase quatro meses depois da aposentadoria do ministro Ayres Britto, o Palácio do Planalto não fez, como se acreditava, a indicação do substituto para o Supremo Tribunal Federal em poucos dias. A demora, como nas vezes anteriores, faz multiplicar o número de nomes cogitados para a vaga. Mas até agora vigora o mistério em torno da preferência da presidente Dilma Rousseff.

Na corrida pela cadeira do ministro aposentado há dois fatos incontroversos. O primeiro é que a presidente da República ainda tem dúvidas sobre quem indicar para o posto. O segundo é que o novo ministro dificilmente será alçado à Corte a partir de um tribunal superior, como foram os três juízes até hoje nomeados por Dilma: Luiz Fux e Teori Zavascki, do Superior Tribunal de Justiça, e Rosa Weber, do Tribunal Superior do Trabalho.

A presidente tem em sua mesa quatro nomes que vem estudando. E a dúvida do Planalto é se eles têm visão da Administração Pública para que pesem, na hora de decidir, as consequências de suas decisões. O objetivo é aferir que a governabilidade seja um dos elementos intrínsecos na formação da convicção do juiz. A Presidência quer um ministro técnico. Esses foram alguns

predicados que fizeram o ministro Teori Zavascki ser o escolhido para a vaga de Cezar Peluso.

Dos quatro nomes, o do advogado pernambucano Heleno Torres, professor de Direito Tributário da USP, é o mais comentado. Ele conta com o apoio do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e com a torcida de seu colega de magistério na USP, o ministro Ricardo Lewandowski. Outro cotado é o também tributarista Humberto Ávila, professor de Direito Tributário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele conta com a simpatia do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o apoio do ministro aposentado do Supremo Eros Grau.

A disputa entre Torres e Ávila reproduz outra em que já estiveram em confronto direto: foram adversários na escolha para o cargo de professor titular da USP. Humberto Ávila foi escolhido, mas o concurso foi anulado depois de recurso do professor Heleno Torres (clique aqui para ler reportagem da ConJur sobre a disputa). Os outros dois concorrentes à vaga no Supremo são o procurador de Justiça Paulo Modesto, da Bahia, referência em Direito Administrativo, e o advogado Luís Roberto Barroso, constitucionalista com atuação vitoriosa no Supremo.

21 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Agravo não é acolhido por ausência de regularidade formal

Por ausência de regularidade formal, a Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região não conheceu, por unanimidade, do agravo de petição interposto pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul).

A empresa apresentou agravo contra decisão do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Campo Grande que aplicou multa prevista no art. 475-J do CPC e não reconheceu a existência de erro nos cálculos homologados. Segundo o relator do processo, desembargador Nicanor de Araújo Lima, o exercício da faculdade recursal visa a propiciar à parte insatisfeita a tentativa de reforma do julgado e, para tanto, deve trazer ao Juízo ad quem argumentos que possibilitem uma nova reflexão sobre os fundamentos da decisão.

No presente recurso, confrontando as razões expostas no presente agravo de petição com aquelas suscitadas na petição, verifica-se que a executada limitou-se a repetir no recurso os argumentos já lançados naquela primeira peça, nada trazendo de novo e, principalmente, não rebatendo os fundamentos da decisão no tocante às matérias agravadas, expôs o des. Nicanor. No caso, o agravante utilizou somente a alteração de alguns trechos e palavras.

A bem da verdade, o comportamento da parte que, em vez de contrapor a cada ponto da decisão, limita-se a reproduzir alegações anteriores, revela inaceitável comodismo, que deve ser repudiado pelo Judiciário, concluiu o relator.

21 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF-5 não autorizou grampo de advogado com cliente

A decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que arquivou procedimento administrativo aberto contra a juíza federal Ethel Francisco Ribeiro não autoriza o grampo de conversas entre clientes e advogados, segundo a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Em nota enviada à revista Consultor Jurídico, a entidade afirma que não houve intenção de gravar as conversas do cliente com seu defensor, tanto que houve determinação para a retirada das transcrições dos autos.

O comunicado da Ajufe se refere à reportagem sobre uma disputa judicial entre a juíza Ethel, titular da 4ª Vara Federal de Pernambuco, e o advogado Antonio Tide de Godói. Ele reclamou que conversas suas com seu cliente, que era investigado em Ação Penal, foram parar nos autos do processo, violando suas prerrogativas de advogado.

Godói, depois de ter pedido a retirada das transcrições e ter ficado mais de 60 dias sem resposta, comunicou a OAB de Pernambuco, que entrou com representação criminal contra a juíza. A juíza também acusou advogado de ter violado o segredo de Justiça, já que encaminhou parte dos autos do processo, que corria sob sigilo, à OAB.

Em decisões unânimes, o TRF-5 trancou as duas representações. A nota da Ajufe se refere à decisão de arquivar o processo contra a juíza federal.

» HOMICÍDIO

Polícia vai apurar óbitos ocorridos na UTI desde 2006

Investigação que resultou na prisão de médica pode responsabilizar outros funcionários pela morte de pacientes no Hospital Evangélico

Rosana Félix e Diego Ribeiro

A Polícia Civil vai investigar todas as mortes terminais ocorridas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico de Curitiba desde 2006, quando a médica Virgínia Helena Soares de Souza se tornou chefe do setor. Segundo o Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), há suspeitas de que pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) tiveram suas vidas abreviadas por decisão da médica.

Além de Virgínia, detida em caráter provisório desde segunda-feira, todos os funcionários que atuavam na UTI serão investigados. “A investigação tem cerca de um ano, mas os fatos podem estar acontecendo há mais tempo”, afirmou a delegada do Nucrisa, Paula Brisola. A médica deve ser indiciada por homicídio qualificado, sem chances de defesa das vítimas.

Em entrevista coletiva ontem, a delegada esclareceu que o caso não é uma suspeita de eutanásia — quando a morte é antecipada por pedido do paciente ou da vítima, prática vedada no Brasil. “Investigamos antecipação de óbito na UTI Geral. Não falamos em eutanásia. O que ocorre quando se antecipa um óbito é homicídio.”

Leitos

Ao todo, o hospital tem 62 leitos em quatro UTIs. A unidade geral, chefiada por Virgínia, tem 25 vagas. Há outros 25 leitos na UTI Neonatal (tipo III), oito para cuidados intermediários de neonatal e quatro para o setor de queimados. Em nota, o Evangélico informou que cada UTI tem estrutura e equipe independentes. Entretanto, na lista do corpo clínico do hospital constam apenas dois médicos.

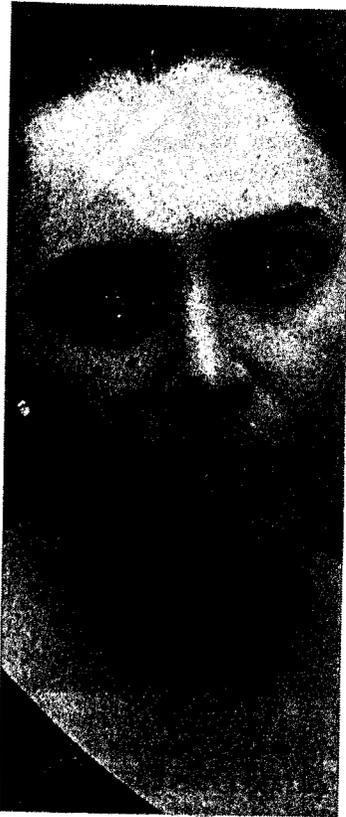
A delegada Paula afirmou que no período de investigação alguns pacientes podem ter tido suas vidas abreviadas pela médica, mas até então não havia nenhuma justificativa para afastá-la do cargo. Segundo o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, somente agora surgiram “motivos concretos fortes” para efetuar a prisão. “A prisão temporária foi decretada [por 30 dias]

para garantir a investigação e evitar que qualquer situação que pudesse gerar dano à vida de paciente ocorresse”, ressaltou Paula.

Segundo a delegada, não há como responsabilizar diretamente o hospital pelas mortes. “O sigilo [judicial do caso] foi solicitado por mim porque entendi que podia causar uma comoção pública. As pessoas vão se sentir inseguras no atendimento e nós precisamos investigar e comprovar tudo. E também para garantir a intimidade das partes envolvidas”, explicou.

CONTINUA

21 FEV 2013
GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO



"Nós investigamos antecipação de óbito na UTI Geral do Evangélico e não eutanásia. O que ocorre quando se antecipa um óbito é homicídio."

Paula Brisola, delegada do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa).



"Existem indícios de autoria e materialidade [contra a médica] e, obviamente, ela não fazia isso sozinha. Todos os funcionários da UTI do hospital serão investigados."

Marcus Vinícius Michelotto, delegado-chefe da Polícia Civil do Paraná.



"O juiz me liberou acesso a todas as mídias e investigações feitas até o momento, porque até agora não temos conhecimento sobre a acusação."

Elias Mattar Assad, advogado da médica acusada de homicídio qualificado.

DENÚNCIAS

A **Gazeta do Povo**, assim como outros meios de comunicação, tem recebido diversos telefonemas de pessoas que querem comentar a atuação profissional da médica Virgínia Helena Soares de Souza. Em sua maioria, são enfermeiros que delatam procedimentos inadequados e antiéticos no tratamento de pacientes. O Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa) também vem recebendo denúncias. A Polícia Civil divulgou um telefone e um endereço de e-mail para contato: (41) 3883-7120 ou nucrisa@pc.pr.gov.br.

CONTINUA

21 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Médica não era a responsável técnica pelo setor

Vanessa Fogaça Prateano

Apesar de chefiar a UTI Geral do Hospital Evangélico, a médica Virgínia Helena Soares de Souza não é a responsável técnica pela unidade. A responsabilidade cabe a outro médico do corpo clínico da instituição. Segundo o advogado dela, Elias Mattar Assad, Virgínia tem residência médica como intensivista — condição essencial para ela desempenhar a função —, mas por “questões burocráticas” o documento não foi registrado. “Ela é perita, trabalha como intensivista desde 1988”, ressaltou.

Resolução

A exigência de médico intensivista em UTIs, entre outros itens, consta da Resolução n.º 07/2010 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Entretanto, após três anos de prazo para as instituições se adequarem, somente a partir da próxima segunda-feira a regra passa a valer em caráter terminativo.

Na resolução estão claras as responsabilidades dos médicos, a forma como devem gerir seus funcionários, como proceder nos casos em que há um índice de mortalidade além do previsto, entre outras questões (veja infográfico ao lado).

O presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), José Mário

Telles, explica que, a partir de segunda-feira, todas as unidades da área deverão contar com um chefe de UTI com especialização na área, além de um diarista — um médico que trabalha todos os dias em determinado turno — também especializado. “Caso isso não seja cumprido, pode haver uma autuação por parte da Anvisa e também um processo contra o hospital. Já o médico que exerça função sem a titulação pode sofrer um processo ético, pois isso configura imperícia”.

Somente o plantonista, outro profissional indispensável na UTI, pode ser dispensado da obrigatoriedade de titulação. De acordo com a Amib, seriam necessários 26 mil intensivistas para dar conta dos 29 mil leitos do país, mas atualmente apenas 6,5 mil possuem a especialização no Brasil.

Preparo

O médico intensivista é importante porque somente ele está preparado para lidar com situações muito peculiares, de acordo com o médico intensivista do Hospital de Clínicas da UFPR e coordenador da UTI do Hospital Vita Curitiba, Alain Márcio Luy. “O paciente de UTI é diferente daquele que está no quarto do hospital ou no consultório. Geralmente ele tem uma doença que está associada a outros problemas, como pressão baixa, falta de oxigênio, rins comprometidos. O médico precisa conhecer o corpo como um todo e ainda lidar com uma série de aparelhos que não estão presentes no dia a dia de outros especialistas”.

OUTRO LADO

Defesa prepara pedido de soltura de Virgínia Souza

A defesa da médica Virgínia Helena Soares de Souza informou ontem que terá acesso apenas hoje a todo o conteúdo do inquérito que investiga as mortes ocorridas no Hospital Evangélico. Segundo o advogado Elias Mattar Assad, foi aceito um pedido encaminhado à Vara de Inquéritos Policiais. “O juiz me liberou acesso a todas as mídias e investigações feitas até o momento. Faremos cópia de tudo e isso permitirá o nosso trabalho, porque até então não temos conhecimento sobre a acusação.” Segundo ele, ainda não foi apresentada qualquer prova material que justifique a prisão de sua cliente. Por isso, ainda nesta quinta-feira ou no mais tardar amanhã será feito um pedido formal para soltar Virgínia. (RF)

2 MÉDICOS

observadores foram nomeados pela Secretaria de Saúde de Curitiba e pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) para acompanhar o trabalho na UTI Geral do Hospital Evangélico. Luiz Carlos Sobania e Maurício Marcondes serão os responsáveis por fazer uma espécie de auditoria nos trabalhos do setor. Sobania é ortopedista e já foi diretor do Hospital de Clínicas e secretário de estado. Já Marcondes é o atual diretor do Centro Médico Bairro Novo e é pediatra com especialização em terapia intensiva.

CONTINUA

21 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CORPO CLÍNICO

Saiba como funciona uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e quais profissionais e equipamentos são obrigatórios:

O que uma UTI deve possuir

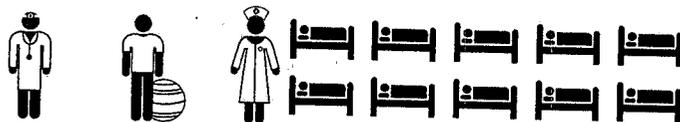
São necessários, no mínimo, profissionais de três áreas:



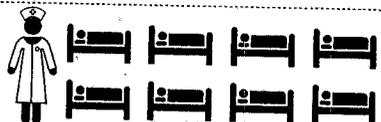
Os profissionais devem ter especialização em medicina intensiva, no caso de médicos, ou terapia intensiva, para os demais coordenadores. É permitido assumir responsabilidade técnica ou coordenação em, no máximo, duas UTIs.

Proporção de profissionais

É obrigatório haver, no mínimo, um médico intensivista, um médico plantonista e um fisioterapeuta para cada **10 leitos**, em cada turno



Um enfermeiro assistencial para cada **8 leitos**, em cada turno



Um técnico em enfermagem para cada **2 leitos**, em cada turno, além de um técnico de enfermagem por UTI para prestar serviços assistenciais



Serviços

O hospital onde a UTI está instalada deve conter obrigatoriamente dentro de suas dependências: um centro cirúrgico, serviço radiológico e de ecodopplercardiografia.

Recursos materiais

Uma UTI deve conter cerca de 40 tipos básicos de recursos materiais, entre balão de ressuscitação autoinflável, material para punção lombar, estetoscópio, ventilador pulmonar mecânico, equipamento de monitoramento da frequência cardíaca e respiratória, desfibrilador, entre outros.

Assistência

Há 28 tipos de recursos assistenciais a que o paciente deve ter acesso à beira do leito, entre eles:

- nutricional
- fisioterapêutico
- farmacêutico
- psicológico
- odontológico
- social
- neurológico
- ortopédico
- urológico

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho vivo

21 FEV 2013

Marajás 1

Pode um servidor aposentado da Câmara de Vereadores ganhar R\$ 28.059,29, tanto quanto o ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF? Na dúvida, conforme esta **Gazeta** registrou ontem, o presidente da Câmara, Paulo Salamuni, decidiu consultar o Tribunal de Contas, não sem antes contingenciar a importância dos proventos que excede ao salário do prefeito Gustavo Fruet, de R\$ 26,7 mil.

Marajás 2

A revelação do marajaísmo se deu nesta coluna, terça-feira. Apontava quatro nomes de servidores que seriam beneficiários da superapostentadoria – todos ligados ao ex-presidente João Cláudio Derosso: uma irmã, um cunhado e dois ex-assessores. Ontem surgiu mais um nome entre os privilegiados: Rosa Maria Stephan Mazetto – nome muito conhecido entre os aficionados por competições de jipecross.

“Acordo?” 1

O consórcio Recipar, que teve sua participação na concorrência para implantar a usina de industrialização do lixo de Curitiba e região metropolitana impedida pelo Tribunal de Contas, esperava reverter esta decisão no Tribunal de Justiça. O mandado de segurança que impetrou há dois anos teria seu mérito julgado na última segunda-feira, mas a pedido do próprio consórcio, o TJ adiou a decisão. Os juízes foram informados de que um “acordo entre as partes” estava em andamento, o que dispensaria uma imediata decisão judicial.

“Acordo?” 2

“Acordo entre as partes”? Que partes? Entre a prefeitura e o consórcio, cujos sócios principais são os poderosos empresários Salomão Solfer e Silvio Name? A dúvida foi suscitada pelas outras empresas que ainda têm esperança de obter o contrato para explorar por 25 anos a unidade concebida para processar as 2.500 toneladas de lixo produzidas diariamente por Curitiba e outros 20 municípios metropolitanos. Ainda estão no jogo o consórcio Pro-Ambiente (Cavo-Estre) e a Tibagi Engenharia.

No forno

Está no forno uma ação popular para contestar a compra do hotel cinco estrelas para servir de sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE). A aquisição foi concluída no fim do ano passado por R\$ 25 milhões, dos quais R\$ 22 milhões retirados de previsão orçamentária da Cohapar, a companhia estadual encarregada de construir casas populares. O edifício já está sendo adaptado a um custo não divulgado.

INDICAÇÃO POLÍTICA

Deputados aprovam a criação de 69 cargos em comissão para o MP

A Assembleia do Paraná aprovou ontem, em 2ª discussão, projeto de lei que prevê a criação de 69 cargos em comissão no Ministério Público do Paraná (MP). A medida vai na contramão da determinação que o próprio MP impôs a diversas câmaras municipais do estado, ao longo de 2012, para reduzir o número de servidores comissionados, no intuito de manter a proporcionalidade em relação ao total de funcionários efetivos. Os cargos em comissão são de livre nomeação e os ocupantes não precisam passar por concurso público. No total, os novos cargos vão custar quase R\$ 9 milhões por ano aos cofres públicos.

Justiça nega habeas corpus a dois suspeitos do incêndio na Kiss

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou na tarde de ontem habeas corpus ao empresário Mauro Hoffmann, um dos proprietários da boate Kiss, e ao vocalista da banda Gurizada Fandangueira Marcelo de Jesus dos Santos, em julgamento de recursos contra decisões de primeiro grau. A decisão foi tomada por unanimidade. O voto do relator destacou que a prisão temporária ainda é necessária porque há diligências como buscas e perícias a serem feitas pela polícia. Um incêndio na boate, em janeiro, deixou 239 mortos.

21 FEV 2013

GAZETA DO POVO

MINAS GERAIS

Justiça condena médicos por comercializarem órgãos humanos

A Justiça de Minas Gerais condenou quatro médicos à prisão em regime fechado pela participação em comércio de órgãos e tecidos humanos na cidade de Poços de Caldas. Cabe recurso à decisão, de primeira instância. O médico Alexandre Crispino Zincone foi condenado a 11 anos

e seis meses de reclusão.

João Alberto Góes Brandão, Celso Roberto Frasson Scaff e Cláudio Rogério Carneiro Fernandes, a oito anos de prisão. Eles formavam a equipe médica de uma entidade clandestina que agia dentro da Irmandade Santa Casa. A condenação, ocorrida em 11 de janeiro e só agora publicada, se refere a só um caso específico de remoção de órgãos. Outros casos ainda poderão vir a ser julgados.

CRACK

Procedimentos para internação compulsória serão examinados

O Ministério Público vai requisitar à prefeitura do Rio de Janeiro dados oficiais sobre os atendimentos hospitalares e clínicos de emergência ocorridos na madrugada de terça-feira, com o recolhimento de 91 adultos na crackolândia do Complexo da Maré. Desses, 29 foram internados involuntariamente, outros 30 teriam aceitado o tratamento. Ontem, um grupo de dez pessoas havia voltado a usar crack na Avenida Brasil, junto ao pilar de uma passarela que fica a cerca de 200 metros da base montada pela prefeitura na crackolândia.

21 FEV 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

A novela dos vetos

O ministro **Lulz Fux (foto)**, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que se houver espaço pedirá ainda nesta semana para incluir na pauta de julgamentos da Corte o recurso que definirá a votação de vetos presidenciais pelos parlamentares. O ministro, no entanto, não garantiu que a ação será julgada na semana que vem. "Eu não sei se vai ser semana que vem. Tenho que conversar com eles [ministros], com o presidente porque a pauta é publicada com antecedência. Primeiro, precisa ter espaço. Se tiver espaço, vai colocar na pauta quinta ou sexta e vai publicar", afirmou. Em dezembro, Fux concedeu uma liminar obrigando o Congresso a analisar em ordem cronológica mais de 3 mil vetos presidenciais.



NEISON JF/STF

Para saber

A oposição avalia que primeiro os vetos devem ser analisados para, só depois, ser votado o orçamento. Para evitar que haja questionamentos jurídicos posteriores, o governo pediu que o plenário do STF se posicione sobre os vetos. Enquanto os ministros do Supremo não tomam uma decisão, o orçamento de 2013 continua pendente.

» COLOMBO

Vereadores tentam limpar ficha de Beti Pavin

] Vereadores de Colombo, na região metropolitana de Curitiba, articulam a anulação do decreto legislativo que desaprovou as contas da prefeita eleita Beti Pavin (PSDB) referente ao ano de 2001. Foi com base nessa reprovação de contas, decidida pela própria Câmara Municipal em 2009, que Beti foi declarada ficha-suja pela Justiça Eleitoral e, embora tenha vencido a eleição do ano passado, não pôde assumir o cargo em 1.º de janeiro.

Nesta semana, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou decisão que permite que Beti tome posse — isso deve ocorrer na sexta-feira. Mas, como ainda cabe recurso, a prefeita eleita pode vir a ter de deixar o cargo no futuro. Caso a anulação da reprovação das contas seja aprovada, porém, a ação contra ela perderia o objeto e, consequentemente, Beti ficaria livre para comandar Colombo.

O projeto para anular a desaprovação de contas é de autoria do vereador Waldirlei Bueno de Oliveira (PMDB) e está na pauta votações de hoje. Ele alega que, em 2009, os vereadores desaprovaram as contas utilizando apenas "critérios políticos" e que é preciso analisar tudo de novo. A oposição diz ser contra o projeto.

21 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Justiça manda castrar 12 tigres que vivem em cativeiro

Uma decisão da Justiça Federal publicada na sexta-feira passada determina que os 12 tigres do Canil e Escola Emanuel, de Maringá, terão de passar por vasectomia. Os donos dos felinos, no entanto, tratam o caso como extermínio da espécie e querem anular a decisão levando a situação até a Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a instrução normativa brasileira afirma que os criadouros não podem realizar a reprodução dos animais, apenas mantê-los. "No caso de grandes felinos da fauna exótica, apenas zoológicos podem reproduzir e, mesmo assim, estando vinculados a projetos de reprodução", disse, em nota, o Ibama.

Para o advogado do canil, Vanderlúcio dos Santos Baum, a decisão da Justiça é um risco para a espécie. "Essa decisão contraria a preservação das espécies", argumentou. "Vou pessoalmente até a ONU entregar essa documentação e noticiar esse crime internacional."

Segundo Baum, os 12 animais de Maringá representam muito, porque existem 3,2 mil tigres em todo mundo. Para arcar com as despesas do caso, os donos do canil estão organizando uma

passada no sábado, com início na Praça Raposo Tavares, entre as avenidas Brasil e Joubert de Carvalho, para venda de camisetas. Além disso, eles vão pedir assinaturas da população contra o caso.

Legislação Internacional

Segundo o Ibama, a legislação internacional só permite a procriação pelo mantenedor quando o país de origem dos animais precisa de matrizes da espécie.

A legislação internacional prevê proteção à fauna e flora quando o país de origem dos animais está necessitando de matrizes e solicita ajuda ao mantenedor, ou quando o mantenedor comprova ao país de origem dos animais que aqueles espécimes possuem uma genética apropriada à finalidade de conservação", explicou a nota.

Sete dos tigres do canil nasceram em Maringá. Entre eles está Tom, que participou, no ano passado, da novela *Amor Eterno Amor*, da Rede Globo.

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Livres e proibidos

JANIO DE FREITAS

**Código Penal, bem
entendido, é nome fantasia.
O verdadeiro é Código de
Incentivo à Criminalidade**

DE REPENTE, há tanto o que celebrar entre os fatos marginalizados pela renúncia do papa, que só mesmo a conveniente bajulação ao Judiciário sugere por onde começar. É pela original proteção criada, para quem tenha ou venha a ter questões na Justiça, contra a influência de empresas e pessoas endinheiradas sobre as decisões de juízes.

Parte do Conselho Nacional de Justiça pretendeu proibir as comuns doações de dinheiro, passagens, hospedagens e brindes para congressos, outros eventos e turismo de magistrados. Não conseguiu. Mas os satisfeitos com a liberalidade fizeram uma concessão parcial e permitiram a adoção da proposta feita pelo presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa: os magistrados e seus eventos podem receber 30% do custo total.

Ou seja, empresas e endinheirados agora só podem influir 30% nas decisões dos magistrados influenciáveis. Ou também: 70% da ética dos magistrados estará protegida pela proibição, e 30% liberados para o quer e vier. Sobre tudo o que der.

Por falar em Judiciário, os irmãos Cristian e Daniel Cravinhos, matadores do casal Richthofen, tiveram a esperteza de não encarar a bandidagem nem os agentes penitenciários onde estiveram presos. Assim cumpriram um sexto da pena de 38 anos. E em razão daquele

“bom comportamento” estão livres, com a obrigação apenas de dormir em abrigo judiciário. É a Justiça que se faz mais uma vez, como um ato de celebração da igualdade de valores. Se as vidas de Marisia e Manfred von Richthofen valiam só três anos cada, conforme o estabelecido pelo Código Penal, celebremos nós outros o fato de estarmos vivos ainda, sendo nossas vidas brasileiras tão democraticamente baratas, sem distinção.

Código Penal, bem entendido, é nome fantasia. O nome verdadeiro, inusual como é próprio dos apelidos, é Código de Incentivo à Criminalidade. Elaborado pelo sentido de responsabilidade do Legislativo e praticado pelo sentido de justiça do Judiciário.

E quem no PT, PSOL, PSTU & cia. tiver um mínimo de lucidez, deixará de ser útil ao projeto que traz a também militante Yoani Sánchez, com as cenas estúpidas que a notabilizam. E a celebrará, recepcionando-a com faixas, por exemplo, de “Viva Yoani, símbolo da liberdade cubana de viajar”, ou “símbolo da liberdade de criticar seu país no exterior”. É, sem ser, o que é. Mas não pode parecer.

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

TJ mantém decisão que suspende blog que usava domínio da Folha

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença de primeira instância que determinou a suspensão definitiva (congelamento) do nome de domínio "falhades-paulo.com" na internet.

A decisão foi tomada ontem pela 5ª Câmara de Direito Privado, ao julgar apelação no processo em que a Empresa Folha da Manhã S.A, que edita a **Folha**, sustenta que o blog "Falha de S.Paulo", criado pelos irmãos Mario e Lino Bocchini, violou a propriedade da sua marca. Cabe recurso.

Participaram do julgamento os desembargadores Moreira Viegas (relator), Edson Luiz de Queiroz (revisor) e Fábio Podestá.

Segundo a advogada Mônica Galvão, do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian - Advogados, que representa a **Folha**, a decisão se baseou no direi-

to do jornal de proteger a sua marca e conteúdo.

"Ficou claro no julgamento que não procedem as alegações retóricas dos réus de que a conduta do jornal violava a liberdade de manifestação. A questão é de direito de marca", afirma a advogada.

O advogado Luis Borrelli Neto, que representa os irmãos Bocchini, afirma que "respeita a decisão do tribunal, e mantém o entendimento de que a matéria não é de violação de marca, mas uma tentativa do jornal de restringir a liberdade de manifestação de humor crítico feito pelos jornalistas que publicam o site".

Borrelli Neto diz que aguardará a publicação do acórdão para decidir se recorrerá da decisão no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal. "No nosso entendimento, é uma questão constitucional", afirma.

STF julgará ação que questiona se reforma da Previdência foi viciada

DE SÃO PAULO - O STF (Supremo Tribunal Federal) solicitou ao Congresso Nacional informações sobre a votação da reforma da Previdência aprovada em 2003. Tramita no Supremo uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que pede a anulação da matéria aprovada no governo Lula, segundo o PSOL, durante o mensalão.

A possível anulação da reforma foi levantada pelo ministro do STF Celso de Mello durante o julgamento do mensalão. Como a corte julgou ter havido compra de votos de deputados, ele destacou que as leis aprovadas com a presença de

réus poderiam estar viciadas.

O prazo para resposta ao STF é de dez dias, improrrogáveis. A relatoria do processo é da ministra Cármen Lúcia.

A ADI foi protocolada em 11 de dezembro de 2012 pelo PSOL e considera que "houve um esquema criminoso de compra de apoio político para o governo no Congresso [...] para que pudessem votar de acordo com a orientação do governo".

A reforma da Previdência foi aprovada por 356 votos, ou seja, 48 a mais que o necessário para aprovar emendas constitucionais, segundo informações da assessoria do PSOL.

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

EM NOME DO FILHO

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, deve ter aliado de peso em sua proposta de acabar com o “filhotismo” na Justiça. O novo presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, apoia a ideia.

SURPRESA

Barbosa puxou o assunto quando recebeu Coêlho em audiência, há alguns dias. Disse que o “filhotismo”, em que parentes, cônjuges e filhos de magistrados advogam nos tribunais em que eles julgam, era “uma vergonha” para o país. O apoio de Coêlho surpreendeu os presentes. Ele toma posse na OAB no dia 12 de março.

LADO A LADO

Barbosa revelou à coluna, em entrevista em 2012, que defenderia a proibição de que familiares advogassem no tribunal em que parentes são juízes. Embora a medida afete centenas de magistrados e seus parentes, ela pode ter o apoio de advogados que não têm a mesma situação privilegiada e que se queixam de concorrência desleal.

Lei que limita ação de promotores avança na Assembleia de SP

Pelo projeto, iniciativa de processar deputados por improbidade passa a ser só do procurador-geral

Proposta ganhou força após parlamentares perderam o auxílio-moradia numa ação movida por promotores

LUIZA BANDEIRA
DE SÃO PAULO

Depois de perderem o auxílio-moradia em uma ação movida por promotores, deputados estaduais de São Paulo querem tirar deles o poder de investigá-los.

A arma é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual que restringe a iniciativa de abrir ações de improbidade administrativa contra deputados apenas ao procurador-geral de Justiça do Estado.

Essa PEC já conseguiu o apoio de um terço dos parlamentares, índice de que precisava para avançar.

Agora, a proposta que esvazia a ação dos promotores está pronta para ir a votação, segundo a assessoria do deputado Campos Machado (PTB), autor do projeto. Para ser aprovada, ela precisa do voto de pelo menos 56 dos 94 deputados.

A mudança começou a ser articulada dias após a decisão que suspendeu o benefício de R\$ 2.250 pago aos deputados, no início de fevereiro. O texto da PEC foi publicado ontem no "Diário Oficial" do Estado com a assinatura de 33 parlamentares de vários partidos. Entre os grandes, apenas represen-

tes do PT não assinaram.

Se a regra for aprovada, caberá só ao chefe do Ministério Público decidir também sobre investigações contra o governador, secretários, prefeitos, integrantes do Judiciário e da própria Promotoria.

INTERESSES

O texto da justificativa da PEC diz que "é medida que se impõe como mecanismo de fortalecimento do princípio da igualdade entre os Poderes, além de se sobrepor sobre possíveis interesses políticos locais e pessoais eventualmente praticados contra aquelas autoridades".

Campos Machado não atendeu às ligações da reportagem. Segundo sua assessoria, "é leviandade" e "pensar pequeno" relacionar a PEC à questão do auxílio-moradia.

De acordo com a equipe do deputado, é interesse da Promotoria "evitar ocorrências de equívocos e até mesmo de involuntárias arbitrariedades que venham a ser cometidas, quer pela possível imaturidade de seus membros, quer por eventuais interesses políticos e locais".

Em nota, o procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, disse esperar que a proposta não seja aprovada pela Assembleia. No texto, ele chamou a ideia de "inconstitucional, desnecessária, extemporânea e inconciliável com o momento".

A assessoria do Ministério Público diz que a PEC é inconstitucional porque o tema não deve ser assunto de Cons-

tituição, mas de lei orgânica.

Ainda de acordo com o órgão, já há um artigo nessa lei que determina que ações de improbidade contra esses membros do poder público sejam abertas somente pelo procurador-geral.

A norma, no entanto, está suspensa por uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido do Ministério Público. O mérito da questão ainda não foi julgado.

A assessoria de Campos Machado disse que respeita a opinião de Rosa, mas que suas palavras "demonstram exagero e corporativismo".

“ [A PEC] É inconstitucional, desnecessária, extemporânea

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
procurador-geral de Justiça

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Polícia agora investiga equipe de UTI em Curitiba

Suspeita é que mortes foram para liberar vagas

A Polícia Civil do Paraná investiga a suposta participação de profissionais da saúde na morte de pacientes do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba. A médica responsável pela UTI está presa desde anteontem.

Há indícios, segundo a polícia, de que pacientes do SUS tenham sido mortos como forma de liberar vagas na UTI para pacientes que pagariam pelo serviço. A polícia suspeita que aparelhos foram desligados e medicações, suspensas.

O hospital filantrópico atende pacientes do SUS e privados e é referência na capital paranaense e na região.

O delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, disse ontem que serão investigadas todas as mortes nos últimos sete anos.

Esse é o período em que a UTI foi chefiada pela médica Virgínia Helena Soares Souza, presa em caráter temporário.

Todos os funcionários da UTI do hospital serão investigados. “Existem indícios de autoria e materialidade [contra a médica], e obviamente ela não fazia isso sozinha”, disse o chefe da Polícia Civil.

Se outros funcionários forem identificados, a ação conjunta poderá caracterizar formação de quadrilha, disse.

A polícia trabalha com a hipótese de homicídio doloso qualificado, por suspeitar que as ações eram feitas sem o conhecimento das famílias.

A possibilidade de a médica ter praticado eutanásia foi descartada pela polícia.

Para o advogado da médica, Elias Mattar Assad, a prisão foi feita sem provas. Ele disse que pedirá a liberdade da cliente e que as denúncias podem ter origem na rivalidade de grupos do hospital.

A unidade afirmou que vem facilitando as investigações.

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Fux ouvirá colegas sobre urgência no caso de vetos

Relator não se comprometeu a liberar ação para ser votada na próxima semana

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux disse ontem que fará uma consulta informal aos colegas para avaliar se há urgência para resolver o impasse sobre a votação dos vetos presidenciais pelo Congresso, que deixou suspensa a análise do Orçamento de 2013.

Fux, relator do caso, não se comprometeu em liberar a ação para que seja analisada na próxima semana pela corte, mas disse que vai procurar atender a demanda do Congresso para que a questão seja resolvida rapidamente.

“Não sei se vai ser semana que vem. Tenho que conversar com eles [ministros], com o presidente porque a pauta é publicada com antecedência. Primeiro, precisa ter espaço. Se tiver espaço, vai colocar na pauta quinta ou sexta e vai publicar. Não vai ter segredo nenhum”, disse.

Questionado se essa é uma questão urgente, Fux disse que essa análise cabe aos demais integrantes da corte. “Agora, o colegiado que tem que achar [urgente], porque minha parte já fiz”, disse.

A polêmica começou no fim de 2012, quando Fux decidiu que a votação dos vetos presidenciais deve seguir a ordem cronológica —o que impede líderes governistas de priorizar alguns. Como a decisão foi individual do ministro, cabe agora ao plenário da corte tomar uma posição final.

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Defesa de Gil Rugai busca convencer júri a absolvê-lo em caso de dúvida

Advogados usaram até professora para explicar princípio do direito

No terceiro dia de julgamento de Gil Rugai, a defesa deixou claro qual será sua estratégia: deixar os jurados em dúvida para que absolvam o rapaz.

Gil é acusado de matar o pai, Luis Carlos Rugai, 40, e a madrasta, Alessandra Troitino, 33, na casa em que moravam em Perdizes (zona oeste).

Como parte do plano, os advogados Marcelo Feller e Thiago Gomes Anastácio levaram ontem ao plenário uma especialista em tribunal do júri.

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, professora de antropologia da USP e autora de tese sobre julgamentos, apresentou aos jurados o "in dubio pro reo", princípio do direito segundo o qual, na incerteza sobre a autoria do crime, a decisão deve favorecer o acusado.

O depoimento foi apenas mais um elemento para pôr em prática a estratégia de colocar dúvidas na cabeça dos jurados, que foi usada, por exemplo, no julgamento de Carla Cepollina, no ano passado — ela foi absolvida da acusação de ter matado o coronel Ubiratan Guimarães, em 2006.

A defesa já atacou a principal testemunha, a motivação do crime e a investigação. E começou a desenhar outra hipótese para os assassinatos, que envolveria o narcotráfico.

Para a Promotoria, Gil matou o pai na casa após, pressionado, confessar ter desviado dinheiro da empresa.

TESTEMUNHA

O principal questionamento da defesa, já no primeiro dia, foi sobre o testemunho do vigia Domingos Ramos de Andrade, que afirma ter visto Gil sair da casa após os disparos.

Segundo a defesa, ele se contradisse: primeiro afirmou

que não viu, depois que estava dentro de sua guarita quando o viu, e, no julgamento, que ouviu os disparos, se aproximou da casa e viu Gil sair.

A promotoria diz que, inicialmente, ele teve medo de assumir o que viu por medo.

Os advogados também tentaram pôr em dúvida a investigação, dizendo que faltaram laudos importantes, como o que sustentaria o motivo do crime: um laudo técnico-contábil que avaliaria se houve fraude na empresa do pai de Gil.

Outro ponto para a tese dos advogados é um novo suspeito. Segundo a defesa, o pai de Gil pode ter sido assassinado após ter feito filmagens em um aeroclube, considerado pela CPI do Narcotráfico como o ponto de entrada e distribuição de drogas no país.

Luis fazia aulas de voo no local e instalou uma câmera em seu avião. O vídeo foi feito um dia antes do crime e, segundo a tese da defesa, foi levado pelos assassinos.

IRMÃO

Léo Rugai, irmão de Gil, afirmou ontem, em depoimento, que acredita na inocência dele. "Foi uma coisa de olho no olho. Eu conheço ele, eu acredito nele", disse.

O depoimento continuava até a conclusão desta edição. O réu deve ser ouvido hoje.

O QUE DIZ A ACUSAÇÃO

1 Gil matou o pai após ele o pressionar para confessar desvio de dinheiro da empresa

2 Após o crime, Gil voltou para o escritório, despejou a arma e ligou para a amiga. Havia tempo para isso entre as 21h30 e as 22h10

3 A arma foi submetida a exame e é compatível com as cápsulas encontradas no local do crime. Foi achada também uma cápsula igual no quarto de Gil

O QUE DIZ A DEFESA

1 O local onde Luis fazia treinos de voo era um ponto de distribuição de drogas. Um dia antes, ele filmou a pista

2 Não havia tempo para Gil fazer os disparos, às 21h30, chegar em seu escritório, despejar a arma e fazer uma ligação para a amiga às 22h10

3 O zelador achou a arma após um ano e disse que ela estava na caixa de esgoto. Depois, comprovou-se que o local foi limpo 6 meses antes

21 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Pastor processará site que tenta cassar seu registro de psicólogo

Petição contra Silas Malafaia reúne 55 mil assinaturas, mas ação em sua defesa, com 65 mil, é excluída de site

Organização que coletou assinaturas afirma que retirou campanha adversária porque feria princípios

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER
DA COLUNA MÔNICA BERGAMO

O pastor evangélico Silas Malafaia disse ontem que vai processar por “assédio moral” o site Avaaz.org e seu diretor de campanhas no Brasil, Pedro Abramovay, ex-secretário nacional de Justiça.

Líder da igreja carioca Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Malafaia virou tema de dois abaixo-assinados na Avaaz. O primeiro, criado no dia 8, pedia que seu registro de psicólogo fosse cassado. A essa ação, uma reação: um evangélico do Rio Grande do Sul lançou uma petição pela “não cassação” do religioso.

O segundo pleito, contudo, que chegou a reunir 65 mil assinaturas pró-Malafaia (contra 55 mil adesões do texto revés), foi excluído do site.

A Avaaz é uma organização internacional surgida em 2007 que promove campanhas virtuais, usando a internet para coletar assinaturas. “Avaaz” significa “voz” em algumas línguas orientais.

Por aqui, o site abrigou causas a favor dos índios guarani-caiova e da saída do presidente do Senado, Renan Calheiros, por exemplo.

A regra prevê que uma campanha seja vetada se “ferir os princípios da própria comunidade”, diz Abramovay.

‘DOUTOR’ SILAS

Malafaia considera a Bíblia o “maior manual de comportamento humano do mundo”. Mas decidiu se especializar também na ciência de Freud e, em 2006, pegou seu diploma de psicologia de uma universidade particular do Rio.

Seu título de “doutor”, contudo, está a perigo. A **Folha** apurou que o Conselho Regional de Psicologia do Rio avalia, em processo que corre em sigilo, se deve cassar seu registro profissional.

A pressão contra Malafaia

“O que o Conselho de Psicologia faz [ao proibir atendimento a gays] é jogar no colo dos pastores os homossexuais

SILAS MALAFAIA
pastor evangélico

começou após uma entrevista no programa “De Frente com Gabi” (SBT), de Marília Gabriela, há três semanas.

O pastor defendeu a “ordem cromossômica de macho e fêmea” e criticou a adoção de crianças por casais homossexuais: “Não acredito que dois homens possam criar uma criança perfeita”.

A petição contra Malafaia se baseia em artigo do Conselho Federal de Psicologia que proíbe tratar homossexualidade como transtorno.

Ontem, Abramovay disse à **Folha** que a contrapartida favorável ao pastor era “lobby para práticas homofóbicas”.

Após a declaração, Malafaia afirmou que entrará na Justiça contra ele. Definiu a exclusão da campanha que o favorecia como “afronta à democracia”. “[Abramovay] Vai ter que provar que sou homofóbico. Vou lascar esse cara.”

Abramovay rebateu: “Ele pode abrir essa petição onde quiser. Mas não na Avaaz”.

O pastor diz que nunca atendeu homossexuais no divã. Já no púlpito, “a fila é grande”, afirma.

Ele abriu em seu site, Verdade Gospel, abaixo-assinado em sua defesa. Até ontem, eram 122 mil adeptos. Já a campanha contra ele na Avaaz tinha 70 mil assinaturas.

Fisioterapeuta afirma que pacientes do SUS não eram atendidos em caso de parada cardíaca na UTI do Evangélico, quando médica gritava SPP - se parar, parou

Código da morte

Aprisão da médica Virgínia Soares de Souza, que comandava a UTI do Hospital Evangélico, desencadeou novas denúncias contra a profissional. Ex-funcionários e parentes de pessoas que ficaram internadas na unidade relataram à imprensa suas experiências e reforçaram as suspeitas contra a diretora. Ela é suspeita de ser a responsável pela morte de pacientes, ao suspender a medicação ou desligar os aparelhos que os mantinham vivos.

O relato mais assustador partiu da fisioterapeuta Eliane Campêlo França, que não teve medo de se identificar e concedeu entrevista à rádio *BandNews*. Ela trabalhou na UTI do Evangélico em 1998. "Quase todo dia havia uma parada cardíaca de paciente do SUS. Eles utilizavam a sigla SPP, que significa 'se parar, parou'. Então era assim: SUS, deu uma parada cardíaca, ela gritava: 'SPP'. As enfermeiras já saíam fora, deixavam morrer, não faziam reanimação, nada. Agora, se era paciente de convênio ou particular, daí não. Vamos lá reanimar, porque dá dinheiro", afirmou.

Crítico

Um ex-enfermeiro do hospital, que trabalhou durante dois anos na UTI, falou à *RPC TV*, sob a condição de anonimato, e repetiu as acusações. "O paciente da UTI tem dois pontos críticos, que são a ventilação mecânica e as medicações que servem para manter a

pessoa viva. Ela interrompia um dos dois ou os dois". Ele afirmou ter visto a médica desligar equipamentos de pacientes do SUS.

Entre os funcionários do hospital, o tema virou assunto proibido, pelo menos publicamente. Parentes de pessoas internadas também demonstraram receio em conceder entrevistas.

No entorno do Evangélico, o assunto estava em todas as conversas na tarde de ontem. "Já faz anos que essa história é falada. Mas também dizem que ela é uma médica muito boa, que já salvou muitas vidas. Só fazia isso com quem já não tinha chances de se recuperar", disse a proprietária de um estabelecimento comercial em frente ao hospital.

Um guardador de carros, que se identificou apenas como Antônio, assegura que o movimento na região diminuiu. "Normalmente vendo mais de vinte cartões de EstaR (Estacionamento Regulamentado), mas hoje não vendi nem dez"; calculou.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

21 FEV 2013

Médicos unidos pra investigar

A Secretaria Municipal da Saúde indicou ontem três médicos para atuarem como observadores no Hospital Evangélico. Segundo a prefeitura, o objetivo é assegurar a continuidade do atendimento aos pacientes e apurar irregularidades. A equipe é formada pelo ortopedista Luiz Carlos Sobania, o médico intensivista Ilmar José Ramos Carneiro Leão e o médico e auditor Mário Lobato da Costa. Eles trabalharão em conjunto com o médico Maurício Marcondes Ribas, indicado pelo Conselho Regional de Medicina.

Estrutura

Ex-secretário estadual da Saúde, Luiz Sobania coordena a equipe, que vai verificar as condições de funcionamento do hospital. A supervisão das atividades da

UTI Geral, onde teriam acontecido os crimes que levaram à prisão de Virgínia Soares de Souza, ficará a cargo de Carneiro Leão, atual coordenador do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu).

A sindicância para apurar eventuais irregularidades ocorridas no local será conduzida pelo médico Mário Lobato da Costa, que é auditor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), órgão do Ministério da Saúde.

O Hospital Evangélico abriu sindicância para apurar as denúncias e ainda não se manifestou sobre o assunto.

Policial aposentado elogia atendimento de médica

Janaina Monteiro

Em 2006, a ex-investigadora do Cope Lisandra Elaine de Oliveira, hoje com 36 anos, sofreu um AVC e permaneceu 90 dias na UTI, dois meses em coma. Durante 60 dias, os pais de Lisandra, também ex-policiais José Carlos e Letícia Oliveira, foram autorizados a permanecer na UTI.

Dedicação

José Carlos, conta que ela só sobreviveu graças à dedicação da médica Virgínia Helena, diretora da UTI do Evangélico, e que ficou chocada ao ler a notícia de sua prisão. Ontem, ele procurou a Tribuna em

defesa da médica.

O policial aposentado disse que, enquanto permaneceu na UTI, soube de erros médicos, principalmente de médicos residentes, porém, nunca ouviu nada que desabonasse a conduta de Virgínia. "Ela entrava na UTI se posicionando e determinando o que fazer com cada paciente. Demonstrava que conhecia cada um deles", contou.

Rigor

Segundo José Carlos, a médica era conhecida pelo extremo rigor com funcionários e pela dedicação aos pacientes. "Havia comentários que ela era um demônio para funcionários

e um anjo para os pacientes. Nunca ouvi uma reclamação contra ela no tempo em que passei lá. O rigor era porque não podia haver erro".

José Carlos acredita na inocência de Virgínia, que tratava todos os pacientes sem discriminação, sendo eles do SUS ou não. "Um dia, um promotor que havia sido baleado durante um assalto chegou inconsciente no hospital sem identificação. Ninguém sabia quem era ele", enfatiza.

Além disso, Virgínia é lembrada por sempre primar pela higiene e por checar constantemente os equipamentos que monitoravam os doentes.

CONTINUA

21 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Mais pessoas podem ser presas

Márcio Barros

Virgínia foi indiciada por homicídio qualificado, pela incapacidade de as vítimas se defenderem, e o caso pode ter mais prisões. O delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto, e a delegada Paula Brisola (foto), do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), falaram pela primeira vez sobre a prisão de Virgínia.

Paul informou que toda a equipe da UTI do Hospital Evangélico será ouvida e que a médica está presa para que a investigação seja feita com tranquilidade. "Não podemos entrar em detalhes do inquérito policial, mas caso necessário, vamos solicitar outras prisões. Não está descartada a possibilidade de ela ter agido com o conhecimento de outras pessoas", completou a delegada.

Sigilo

Apesar de terem convocado a imprensa, não deram detalhes do inquérito pois a investigação está sob sigilo de Justiça a pedido da

delegada. Paula disse que fez a solicitação por imaginar que o assunto teria grande repercussão e para evitar distorção dos fatos.

A médica trabalha no Hospital Evangélico há mais de 20 anos e segundo a investigação, há denúncias desde muito tempo, que dificilmente serão comprovadas com provas

materiais. No entanto, a delegada disse que tudo o que for preciso para juntar provas será feito, inclusive a exumação de cadáveres.

Defesa

E é justamente na falta de provas que o advogado Elias Mattar Assad pretende sustentar a defesa da médica, que segundo ele, é inocente. "A regra é investigar primeiro, interrogar, juntar provas e em seguida o gesto radical que é a prisão. Neste caso aconteceu ao contrário. Temos tecnicamente uma pessoa que nega a autoria, e por outro lado, a ausência de prova de materialidade de crime contra a vida", explicou o advogado.



21 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Eleição | Chico Santos vai recorrer da decisão no TSE. Decisão do tribunal se estende à vice Ana Lúcia Pacheco de Andrade

Prefeito não sai

O prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico Santos (PSDB), permanece no cargo mesmo com a decisão pela cassação do mandato, em sessão na noite de terça-feira no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Santos foi reeleito em outubro, mas foi acusado de improbidade administrativa e abuso de poder econômico. Segundo o TRE-PR, um prefeito cassado deixa o poder de maneira imediata somente em episódios de compra de votos, o que não ocorreu neste caso. Por isto, Chico Santos continua comandando Fazenda Rio Grande. A assessoria de imprensa do prefeito informou que vai recorrer da decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A publicação da decisão pelo TRE já ocorreu durante a sessão de anteontem e, com isto, Chico Santos tem até amanhã, às 19h, para protocolar o recurso. O prefeito de Fazenda Rio Grande não vai se pronunciar até ser notificado oficialmente pela decisão do TRE, que se estende para a vice Ana Lúcia Pacheco de Andrade (PSD). Os dois também podem ficar inelegíveis por oito anos, dependendo da decisão em Brasília.

Chico Santos foi acusado de improbidade administrativa e abuso do poder econômico porque funcionários comissionados teriam feito matérias jornalistas vinculadas à campanha dele. As reportagens foram usadas em veículos de comunicação da cidade. Os jornais receberam patrocínio da prefeitura e ainda teriam colocado em circulação 30 mil exemplares, quantidade desproporcional em relação à população do município, de 60 mil habitantes. Os jornais foram distribuídos gratuitamente e em domicílio.

Colombo

Beti Pavin (PSDB) assume hoje a prefeitura de Colombo, após decisão do TSE concedendo o direito de comandar o município. Ela foi eleita em outubro, mas teve o registro de candidatura indeferido por causa da Lei da Ficha Limpa. Beti Pavin teve contas rejeitas por irregularidades durante a gestão anterior na prefeitura. Ela recorreu ao TSE, onde conseguiu a decisão favorável.

De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura, às 14h de hoje, Beti Pavin será diplomada no fórum da comarca. Às 17h, será empossada na Câmara.

tribuninhas Cargos

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda discussão, o projeto que cria 85 cargos efetivos e mais 69 comissionados no Ministério Público. A justificativa é suprir a defasagem do quadro de pessoal do órgão em relação ao Poder Judiciário.

Previdência

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por seis votos a três, que cabe à Justiça comum analisar casos referentes à previdência privada complementar de trabalhador.

JORNAL DO ESTADO

ASSEMBLEIA

Aprovados
novos
cargos
para o MP

21 FEV 2013

A Assembleia Legislativa aprovou, ontem, projeto do Ministério Público Estadual que prevê a criação de 69 cargos comissionados, além de 85 cargos efetivos para o órgão. A proposta foi apresentada originalmente no final do ano passado, mas sua votação foi adiada para 2013, por falta de acordo. O projeto prevê um impacto financeira de R\$ 5,9 milhões anuais aos gastos do MP com a folha de pagamento.

A iniciativa gerou críticas, já que promotores tem acionado prefeituras e câmaras municipais na Justiça, além da própria Assembleia, alegando excesso de cargos comissionados nesses órgãos. Nessas ações, as promotorias tem estabelecido como limite um máximo de 50% de cargos em comissão em relação ao número de funcionários de carreira efetivos contratados por concurso público. Caso seja aprovado o projeto do MP, o órgão passaria a ter 871 servidores efetivos, contra 795 comissionados.

O procurador-geral Gilberto Giacoia alegou que a proposta visa “suprir as necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério Público em relação ao Poder Judiciário, a par da implementação de mais uma nova etapa da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15 de dezembro de 2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial”.

21 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

STF questiona votação de reforma

A ministra Cármen Lúcia, relatora da ação direta de inconstitucionalidade que pede no Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação da reforma da Previdência (EC 41/2003), deu dez dias, a partir de ontem, para o Congresso prestar informações sobre a votação ocorrida em 2003. Na ação, protocolada em dezembro do ano passado pelo PSOL, vários nomes de parlamentares da época são citados, entre eles Roberto Jefferson (PTB/RJ), José Borba (PMDB/PR), Valdemar Costa Neto (PL-SP), Bispo Rodrigues (PL-RJ), Pedro Corrêa (PP-PE) e Pedro Henry (PP-MT).

Com base nas decisões do julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, o PSOL defende que “houve um esquema criminoso de compra de apoio político para o governo no Congresso, tendo sido comprovado o recebimento pelos deputados federais [à época] acima arrolados, de valores para que pudessem votar de acordo com a orientação do governo. Por sua vez, ficou provado que esse esquema de compra de apoio político para o governo no Congresso ocorreu na mesma época da votação...”.

Depois que o Congresso

responder à ministra Carmen Lúcia, serão abertos prazos de vista para a Advocacia-Geral da União e para a Procuradoria-Geral da República - cinco dias consecutivos para cada órgão, sucessivamente.

Para o líder do PSOL na Câmara dos Deputados, Ivan Valente (RJ), o mensalão envolveu três grandes partidos que somavam 108 votos. “A votação foi contaminada, e a reforma é ilegal. É mais do que justificada a necessidade da sua anulação”, disse. Em 2003, o segundo turno da reforma da Previdência, teve 357 votos favoráveis, 123 contra e 6 abstenções.

19/FEV/2013

Vanguarda Política

Rossoni vai convidar presidente do TJ para debater necessidade do aumento das custas judiciais

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), irá pedir ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Clayton Camargo, para indicar um representante na comissão especial que está criando para debater o projeto de reajuste dos valores das custas judiciais, as taxas cobradas pelos cartórios públicos e privados no Estado. A proposta já opôs Rossoni e Camargo, devido à decisão do presidente da Assembleia de adiar do ano passado para este ano a votação do projeto do Judiciário, que reajusta em até 18,5% os valores das taxas. Rossoni irá se encontrar com o presidente do Tribunal de Justiça nesta quarta-feira, às 12h 30min. Anteontem, o tucano se reuniu com representantes de várias entidades, entre elas a OAB Paraná, a Associação Comercial do Paraná, a Federação do Comércio do Paraná, para instituir a comissão. No final do ano passado, o TJ encaminhou à Assembleia Legislativa proposta que corrigia os serviços em até 1000%. Diante da reação da opinião pública e de setores da Assembleia Legislativa, o TJ recuou, mandou nova versão da proposta, que mesmo assim ficou fora da pauta de votações de 2012. Para vigorar este ano, o reajuste teria que ter sido aprovado no ano passado.

“Fizemos uma primeira reunião de consulta às entidades e vou convidar o Tribunal de Justiça para que participe do debate. Seria importante para que tivéssemos uma proposta conjunta”, justificou o presidente da Assembleia Legislativa. O tucano foi criticado pelo presidente do TJ no dia em que assumiu o cargo por ter deixado o projeto fora da pauta de votações em 2012

Jus Brasil

20/FEV/2013

Nota de falecimento: Neusa Kfourri

É com profundo pesar que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) comunica o falecimento de Neusa Lopes Faria Kfourri, esposa do ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Miguel Kfourri, nesta quarta-feira (20). O casal estava de férias em Londres.

Assistente social, Neusa Kfourri desempenhou um importante papel nas causas sociais e, mais recentemente, como Presidente do Centro de Educação Infantil José Coutinho Camargo, destinado a filhos de servidores do Judiciário do Paraná.

Ao colega Miguel Kfourri, aos filhos e familiares, nosso fraterno abraço.